

## CRISES PROGRAMADAS E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

J. LUCIANO CERQUEIRA  
Universidade Federal de Pernambuco

Teorizar sempre foi um risco, para o historiador. Teorizar sobre o presente, um risco ainda maior. Mas o presente é a História. Reconstruímos o passado com os valores do presente. Projetamos o futuro com as perspectivas do presente. E todos sabemos do imenso esforço, necessário ao historiador, para ver quem e além desse presente, no passado e futuro.

Assim, nada mais presente que a presente discussão. O País atravessa uma etapa de transição, cujos limites e mecanismos, assim como seu próprio ritmo, são, às vezes, de difícil compreensão para "os próprios lidadores", no dizer de Euclides, sempre presente<sup>1</sup>. E, no final, resta a pergunta: até que ponto esta transição se completa? São sólidas as suas bases sociais, políticas e econômicas de sustentação? Até que ponto tudo isso não é possível de ser interrompido por um Golpe de Estado? E, a cada tentativa de se mudar as regras do jogo, é como se, afinal, essas regras tivessem sido mudadas. A expectativa geral é de democracia. As principais lideranças; os sindicatos, grupos de pressão e partidos organizados, assim como os chefes militares, acatam, na prática, a convivência civilizada, pluripartidária e plurideológica. As amplas massas, que, mobilizadas, experimentaram estágios sucessivos de entusiasmo, emergindo disciplinarmente democráticas da ampla campanha das Diretas, há 3 anos, continuam revelando uma maturidade e sensatez

políticas invejáveis; em que pesem sua hererogeneidade e o brutal tratamento que lhes é secularmente dispensado pelo Aparelho de Estado Brasileiro. Mas, a despeito de tudo isso, é suficiente um desastre aéreo mal explicado, uma movimentação suspeita de um líder do empresariado rural, um ato de rebeldia de um militar insubordinado — para se temer pela continuidade da transição. E, rapidamente, o clima de insegurança volta à ordem do dia, aos noticiários e mentes. O fio condutor da transição volta a parecer frágil, à mercê de qualquer provocação deflagradora de uma reação em cadeia, profunda, rápida e amplamente desagregadora.

Ora, tudo isto tem um profundo efeito inibidor, sobre os atores comuns, não profissionais, da cena política. De repente, milhares de pessoas passam a se sentir "alvos" em potencial, de uma futura repressão organizada. Advertências veladas passam a ser feitas, no sentido de se "refrear mais o entusiasmo"; ao tempo em que voltam as referências aos últimos movimentos golpistas bem sucedidos, os de 1964 e 1968, ainda tão recentes. E um grande número de pessoas, todas politicamente responsáveis, começa a se perguntar se, a despeito de toda sua experiência, não estão fazendo uma vez mais o papel de "inocentes úteis" do golpismo. E isto é História. História viva, onde passado, presente e futuro se fundem num só tempo, a realimentarem a esperança ou resuscitarem reencontradas inquietações.

É aí que entram nossas reflexões. Não há golpe sem "clima" de golpe. Não há "clima" golpista sem a difusão de uma "sensação" de crise, ampla e angustiante.

E, se não há essa "sensação", não poderia a mesma ser "fabricada"? Ou seja: pode-se programar crises; ou um clima de crise, a partir de uma sucessão de "incidentes" desestabilizadores da normalidade política? A resposta é, infelizmente, sim. As forças golpistas, mais do que as forças democráticas ou revolucionárias, têm desenvolvido, ao longo da História, todo um arsenal de táticas, incidentes, ações a curto e longo prazo, visando, exatamente, criar esse "clima", prenunciador de sua intervenção.

Quando um historiador faz uma distinção entre "golpistas", "democráticos" e "revolucionários", deve explicar bem esses conceitos. É o que faremos.

O golpismo é uma técnica, que analisamos ao oferecer 2 cursos, a nível de Graduação e Pós-Graduação, na UFPE: "Golpe de Estado como Categoria Histórica" e "O Golpismo na História: Origens, Evolução, Tipologia". Enquanto técnica, enquanto tática política, o golpe é um recurso como outro qualquer, dentro de uma lógica que aproxima Clausewitz de líderes contemporâneos como Trotski ou analistas como Malaparte<sup>2</sup>. Sob esta ótica, golpes podem ser o passo inicial de Revoluções, como no próprio exemplo soviético. Na linguagem corrente, porém, que alimenta o debate político, a preferência por golpes está mais associada às forças conservadoras; o que nos leva, aqui também, a identificar "golpistas" com radicais de direita; e "golpismo" com intervenção política, geralmente de natureza violenta, objetivando barrar processos históricos de transformação profunda nas sociedades contemporâneas.

Feitas estas ponderações, voltemos ao tema "crises programadas". Em trabalho recente e ainda não publicado<sup>3</sup> afirmávamos: "As crises podem ser controladas, e, mais. do que isto — programadas — sendo esta evidência a '*raison d'être par excellence*' deste trabalho (...). Elas podem mesmo chegar a ser programadas numa escala (abrangência) muito grande, como se pretende demonstrar com a análise da desestabilização (...). No entanto, elas 'podem'; não são, em princípio 'controláveis' — estando mesmo a noção de crise quase sempre associada à de falta de controle de determinada situação. A capacidade de controlar uma crise está associada não só a fatores objetivos (disponibilidade de 'reservas estratégicas' e quadros competentes) como, e principalmente, a determinados imponderáveis históricos (como medir, por exemplo, a 'vontade' de um povo em superar sua própria crise?). De maneira correlata, a 'programação' de crises; do simples 'incidente' à desestabilização — além de exigir todo um elenco de pré-requisitos desafiado(s) anteriormente, está sujeita igualmente a todo um dinamismo interno que pode provocar, de efeitos imprevistos e indesejáveis, a verdadeiros 'efeitos bumerangue' para o(s) seu(s) deflagrador(es)". Op. cit., pp. 126-127.

A discussão das crises programadas nos leva, portanto, à discussão da própria noção de crise, na História.

## O FENÔMENO "CRISE" NA HISTÓRIA: DA SITUAÇÃO DE CRISE À "CRISE" EM SI, ENQUANTO MECANISMO

Em conferência pronunciada na UFPE, Edgar Morin assim se expressava sobre o termo "crisis": *"Notion utilisée pour définir une situation, mais elle-même n'est jamais définie"*<sup>4</sup>

Aí está o cerne da questão: todos falamos em crise, convivemos com a crise no cotidiano, discorremos sobre civilizações e épocas de crise. Mas, em que consiste uma crise? Há depoimentos e referências fragmentárias, mas não há um referencial teórico articulado, totalizador da gênese, das etapas, das diferentes modalidades, e, principalmente, da função das crises, na História.

Para responder a estas questões esboçamos uma ampla visão retrospectiva do fenômeno, da Antiguidade à Idade Contemporânea. A primeira tarefa é de natureza classificatória e abrangente, no seu sentido mais largo: quais as principais modalidades de crise? Isto nos põe diante do quadro abaixo:

- Crise de Civilização
- Crise Econômica
- Crise Social
- Crise Política
- Crise Militar
- Crise de Valores (Existencial, Moral, Filosófica, Religiosa, Ideológica)
- Crise de Criatividade (Mimetismo, fim do impulso inventivo)

Isto é um esboço. Amplo, mas um esboço. Um ponto de partida, para o historiador se situar no universo das crises.

Levamos adiante esta análise, discutindo como se têm apresentado, como têm evoluído, aonde têm levado; assim como, nas diferentes épocas, os contemporâneos têm identificado (ou deixado de identificar) essas diferentes modalidades de crise (e, nestes casos tanto ou mais do que os depoimentos explicitamente 'políticos', a análise das literaturas comparadas é muito instrutiva a respeito).

Um outro problema é o da morfologia histórica, ou seja, na abordagem de uma crise num determinado nível ou plano (o militar, por exemplo) não se pode deixar de considerar as interferências dos demais (o econômico, o político); assim como a totalidade das reciprocidades entre esses mesmos níveis; seja ao nível da experiência concreta, da História vivida; seja ao da análise histórica, o da História recriada, resgatada, escrita.

Não temos espaço, nos limites deste artigo, para apresentar todos os resultados desta ação de rastreamento, visando princípios explicativos e recorrências históricas.

Numa espécie de síntese, porém, adiantaríamos que nem tudo é crise. Há "crises" e há "tensões"; tensões "de evolução", de "ajustamento"; e tensões "de desenvolvimento", ou tensões revolucionárias. Esta distinção, tomamo-la de em préstimo a Carrol QUIGLEY<sup>5</sup>, reaproveitando-a noutra direção. Há ainda as "crises cíclicas". E há, finalmente, as "crises de estrangulamento", os grandes impasses históricos que não levam a nada além do desembocar em novos impasses, no molde das "curvas exponenciais", em linguagem matemática. Tudo isto a História tem!

As crises têm ainda uma abrangência, maior ou menor; um ritmo, mais lento ou mais rápido; um dinamismo interno, que as torna controláveis ou não. E, finalmente, como já assinalado anteriormente, um plano, que é o que nos vai interessar mais, agora. Porque é o plano em que a crise se desenvolve (e há sempre um plano dominante, ainda que essa dominância seja transitória e substituível) que mais atrai a atenção; como se fosse esse o único aspecto importante a ser considerado nas crises: crise "política", crise "militar", crise "econômica", crise "social", etc. Pois bem, os próprios historiadores, filósofos, economistas e cientistas políticos — se têm deixado ofuscar pelo exclusivismo do plano em que se desenrola a crise, menosprezando os demais aspectos; além, é claro, da morfologia histórica (Montesquieu, Weber, Toynbee, Quigley — são algumas notáveis exceções — além de MORIN<sup>6</sup>).

O plano é que nos vai permitir reintroduzir nosso conceito inicial: crise programada.

## A CRISE PROGRAMADA: TIPOLOGIA, ELEMENTOS, EFEITOS, FUNÇÕES

Entendemos por "crise programada" todo um gênero de ações planejadas e deflagradas com o objetivo de criar ou aprofundar, dramatizando-a; uma situação de crise. Para explicar isso é necessário discutir a noção mesma de crise, de modo mais conclusivo que o exposto até agora. "Crise", na sua etimologia grega, é "decisão". Mas uma ação desse tipo, todos sabemos, necessita, para ser levada a bom termo, de ser alimentada pelos chamados "elementos para decisão". Ora, são exatamente esses elementos que faltam, numa situação de crise; seja individual, seja coletiva. Faltam recursos materiais, ou faltam perspectivas. Na maioria dos casos, faltam ambos, os elementos objetivos e os elementos subjetivos, normatizadores da decisão. "Faltam" talvez seja uma palavra forte demais. O que costuma ocorrer, na realidade, é uma carência desses elementos; ou uma aguda carência de percepção (individual ou coletiva, relembramos) para descobri-los ou identificá-los. Além, é claro, da pressão do tempo, de vez que a estrutura da temporalidade se altera, exigindo, no mais das vezes, soluções rápidas.

"Crise", portanto, indica uma carência de referenciais. Indica também, ou implica também, numa situação de esgotamento, objetiva ou subjetiva. Implica, ainda, numa situação de "desarticulação dos diferentes níveis de organização de uma sociedade ou civilização"<sup>7</sup>, Op. cit., p. 87. Principalmente porque há uma certa hierarquização desses níveis; e uma situação é "crítica" exatamente quando se torna impossível estabelecer prioridades de ação (desorganização dos mecanismos decisórios).

Relembramos que, para haver "crise" é necessária a presença do elemento humano. Há, a cada momento, grandes catástrofes nos espaços siderais. Que não afetam, de forma imediata e perceptível, a História (Humana). Quando as forças naturais afetam as condições da existência humana, geram crises, de adaptação e (ou) reação: terremotos, estiações, glaciações, etc. As situações de crise não têm sua gênese apenas no plano das interações sociais...

Mais do que a busca da gênese das crises dentro dos paradigmas clássicos, a saber:

- homem X animal
- sociedade X desordem
- natureza X cultura

Nos interessa, aqui, a caracterização de um "estado de crise", ou seja:

- o que sentem as pessoas ao se considerarem numa época ou situação de crise;
- que gênero de ações, principalmente no plano político, pode induzir a este estado de espírito coletivo.

Como se sentem as pessoas, tomadas coletivamente, já discutimos anteriormente. Passa a haver um rendimento decrescente nos seus mecanismos de percepção, geração de valores, criatividade e convivência social. Há um aumento de irracionalidade, por mais relativo que o conceito de irracionalidade se possa apresentar, na História. Há, finalmente, uma propensão coletiva à manipulação, que pode ser instrumentalizada pela exploração simultânea de sentimentos de identificação/rejeição. De um lado se manifesta a tendência, agudizada pela crise, à identificação/dissolução num todo maior, mais abrangente e poderoso, que exclua o exercício da opção; de outro a tendência à atribuição de todos os males da época a determinado indivíduo ou categoria de indivíduos. Entram, nesse último exemplo, em cena as figuras do "bode expiatório" bíblico e das "massas de oposição", tão bem estudadas por CANETTI<sup>8</sup>.

E é exatamente essa propensão que gera as condições (ou tem gerado, historicamente) para a deflagração de crises programadas.

As crises programadas têm, assim, alimentado as crises; ou se alimentado delas. E não há aqui um mero jogo de palavras, ou absurdo dialético; mas um fenômeno histórico, perfeitamente observável e já descrito por historiadores e jornalistas; só que agora, a partir destas considerações — decomposto em categorias históricas de análise e modelisa-

ção — o que quer dizer: estudado a partir de uma tipologia dinâmica e analítica. Vejamos seus principais aspectos:

#### a) Natureza e Abrangência

Nem todo gênero de ação desse tipo se constitui numa "crise". Podemos assim classificá-los:

- incidente — "estopim"
- incidente repetido
- crise ampla
- crise estimulada
- desestabilização.

Há inúmeros exemplos, de todos eles. Vamos nos ater a exemplos contemporâneos, ou da história recente do Brasil.

— Como exemplo de incidente — "estopim" citaríamos o episódio das "Cartas Falsas", atribuídas a Bernardes. Deflagrou uma crise ampla, cívico-militar, catalisadora das dissidências anti-oligárquicas. Não cabe discutí-la aqui, mas já Rui Barbosa chamava a atenção para a desproporção entre o "incidente" e a crise que gerara<sup>9</sup>, Op. cit., p.374.

— Exemplo clássico de incidente(s) repetido(s) vamos encontrar nas ações de "subversão" e atos de "indisciplina" ocorridos no Governo Jango; justificadores, perante a opinião pública, da intervenção "redentora" dos militares conservadores. Hoje sabemos que muitos desses mesmos militares estavam por trás dessas ações, que contaram, de resto, com "animadores" como o Cabo Anselmo, agente da CIA, de ignoto paradeiro; ou outros, bem presentes e atuantes na atual cena política brasileira.

— Exemplo de crise ampla, ou ampla crise programada, vamos encontrar na forma como foi "fabricada" a indignação dos militares, após o discurso de Márcio Moreira Alves, em 1968, culminando no AI-5. A "crise" chegou a ser anunciada, em matéria de capa de VEJA, de 13.11.68, a um exato mês do Ato finalizador da mesma<sup>10</sup>. Toda uma ebulição na área militar, por motivos salariais, além de outras insatisfações castrenses<sup>11</sup> foram canalizadas para o episódio, até o mesmo evoluir para um confronto com o Legislativo.

— Crises "estimuladas" ocorrem quando os "alvos" de ações desse tipo são estimulados a tomarem, eles mesmos, a iniciativa de tais ações. Consistem em induzir o inimigo ao papel de "inocente útil". Vargas estimularia ações desse tipo, ao pôr em liberdade líderes de esquerda, no período que vai de 1936 a 1937<sup>12</sup>.

— Por desestabilização entendemos não apenas ações desestabilizadoras; mas uma estratégia desestabilizadora, a longo prazo. Seus antecedentes históricos mais remotos podem ser buscados na ação dos agentes ingleses durante a Revolução Francesa. Mais significativos, para nós, são o amplo estudo de DREYFUS sobre a desestabilização do Governo Jango<sup>13</sup>; ou toda a série de estudos sobre ações desestabilizadoras — quer contra governos nacionalistas, como Allende; quer a política de desestabilização permanente das economias latino-americanas<sup>14</sup>.

## b) Elementos

— O deflagrador — Toda ação deste tipo tem um deflagrador, um grupo ou um indivíduo encarregado por este grupo para planejar tais ações e acompanhar seu desenrolar. É, em certa medida, também seu "controlador", o mais importante dos "agentes" da crise.

— O alvo — A crise, o "incidente" programados, etc. — têm um alvo: individual ou coletivo. Como se trata de política, o alvo é sempre coletivo: a liderança individualizada representa um grupo, classe, raça, etc. — que se pretende, na maioria dos casos, responsabilizar pelo que passa a ocorrer de "anormal". Isso passa a ser um indicador a mais, perante a opinião pública, da sua "traição", "perfidia" ou "crueldade".

— Os animadores/executores — Às vezes para ações diferentes, mas interligadas.

Trata-se, ainda aqui, dos "agentes" da crise: deflagrador, provocadores (animadores), "inocentes úteis".

Por exemplo, se o Episódio Riocentro tivesse dado

"certo" para seus deflagraadores, determinados "executores" fariam a tarefa "em si"; outros — animadores — espalhariam a versão de que tudo fora obra de terroristas de esquerda, na tentativa de impedir o início do processo de transição do autoritarismo para a denominada "Nova República". Os animadores podem ser constituídos por pequenos grupos coesos e conscientes do seu papel, nos moldes dos "cristais de massa" apresentados por CANETTI<sup>15</sup>. Podem, também, serem representados por "inocentes úteis".

### c) Efeitos

Os efeitos de uma crise programada "bem" sucedida, do ponto de vista dos seus deflagraadores, são vários. Alguns, mais do que efeitos, são, na verdade, pré-requisitos.

Nos limites deste artigo não temos espaço para discorrer sobre o que têm sido os efeitos indesejáveis, inesperados, etc. que denominamos "efeitos-bumerangue", de algumas dessas iniciativas<sup>16</sup>. Dos efeitos observáveis historicamente, citaremos quatro:

- efeito associativo ou atributivo
- efeito integrador
- efeito multiplicador
- efeito inibidor

— Efeito associativo. É necessário que a opinião pública possa ser induzida a "atribuir" a responsabilidade do incidente ou crise ao "alvo" que se pretende atingir. Ou, em outras palavras: é necessário que o alvo seja passível desta atribuição. Por exemplo, como a luta armada faz parte das alternativas políticas utilizadas por segmentos da esquerda brasileira, se o Caso Para-Sar tivesse sido, enquanto episódio de provocação política, levado efetivamente a cabo por seus mentores militares, havia condições de "atribuí-lo" a esses mesmos segmentos da esquerda armada<sup>17</sup>.

— Efeito integrador. Todo incidente, ou crise programada, deve, necessariamente, envolver algum interesse mais ge-

ral da população, como um todo. É exatamente este interesse em jogo que atrai o foco das atenções para o móvel desta ação. Incidentes repeditos de violência política em comícios eleitorais são reveladores da importância assumida por determinada eleição; assim como da existência de interesses poderosos em tumultuá-la, para evitar mudanças significativas. Violência eleitoral existe desde tempos imemoriais, em eleições no mundo todo. Tem sido mesmo, no mais das vezes, um recurso para vencer eleições. Mas isso não invalida a observação, válida para eleições que se situam no bojo de "tensões" mais amplas, reveladoras de impasses evolutivos ou revolucionários. Um incêndio como o do Reichstag se revelou, enquanto incidente-estopim de uma crise mais ampla, como dotado de um poderossíssimo efeito integrador, ou catalisador, de inseguranças coletivas.

- Efeito multiplicador. Isso significa que, na deflagração, assim como no andamento de ações desse tipo, o(s) deflagrador(es) deve(m) contar com uma rápida e eficiente rede de difusão, sem a qual a "sua" crise não atingiria os resultados desejados. Exemplo típico de funcionamento de uma "rede" desta natureza, vai ser encontrado no planejamento, execução e avaliação da "Kristallnacht" - modelo "clássico" de incidente programado, que detonou o início da campanha oficial, em escala nacional, contra os judeus, na Alemanha nazista. Göebbels revelar-se-ia particularmente eficiente em por em andamento "máquinas difusoras" deste tipo...
- Efeito inibidor. Este efeito está em aparente contradição com a noção de crise programada, de vez que depende da identificação de uma crise deste tipo como tal pelo próprio "alvo" da mesma, concluídos todos os seus lances com evidente "sucesso" para o deflagrador. O efeito inibidor, pela própria definição, tem uma ação paralisante, de prazo longo, sobre aqueles que o experimentam. Em outras palavras, sobre aqueles que se descobrem, retrospectivamente, vítimas de uma crise programada. Na história recente do Brasil, além das constantes referências ao "maquiavelismo" de Vargas; assinalamos, no pós-64, a recorrência do "espectro de Golbery": Vários fatos novos, prenunciadores da transição, nos últimos anos de autoritarismo militar, foram, invariavelmente, acompanhados de inquietantes especulações oposicionistas de caráter inibidor, na

medida em que se voltava a perguntar se tudo aquilo não seria, afinal uma "manobra do Golbery"<sup>18</sup>. Não era, na maioria dos casos. A História posterior (presente) o demonstra sobejamente.

#### d) Objetivos e Funções

Discorrer sobre o que têm sido, até hoje, os objetivos e funções das diferentes crises programadas, na História, é tarefa que realizamos, mas implica não só na análise; mas, e principalmente, na descrição, às vezes pormenorizada, de diferentes crises, de natureza econômica e política, na maioria dos casos.

Elas têm sido um instrumento de especulação financeira, de reversão de expectativas sociais, de golpismo e subversão de direita, na maioria dos exemplos estudados. Têm induzido a guerras (às vezes é a própria guerra que se constitui no instrumento, como no caso recente das Malvinas), como têm detonado fortíssimos movimentos de reação, quando "o tiro sai pela culatra"...

Diríamos, que, em suma, nem sempre as crises programadas alcançam seus objetivos ou cumprem suas funções. Não há nenhuma "lei" histórica, decorrente da análise das crises programadas. Mas do seu estudo sistemático, dentro de um universo conceitual especialmente destinado ao fenômeno crise, decorrem algumas obrigações, para o historiador. E a primeira delas é atestar o quanto este recurso tem sido utilizado; seus efeitos; assim como a constatação de que, se a Política e a Economia implicam sempre em forte dose de manipulação; podem, por outro lado, os mecanismos dessa manipulação deixarem de se constituir num mistério, numa espécie de alquimia florentina ou monetarista, para se tornarem, pelo esforço desse mesmo historiador, matéria do domínio público.

Cabe, aqui, mais uma distinção, a última: a distinção entre crise programada e crise manipulada.

## A CRISE MANIPULADA: APROVEITADORES E MANIPULADORES DE CRISES

Tudo quanto foi afirmado até aqui sobre as crises programadas é, na sua quase totalidade, válido para o estudo das crises manipuladas, com uma notável exceção: a crise manipulada não é uma crise artificial, ela não foi "programada", por qualquer categoria de "agente" ou "deflagrador". Ela pré-existe à ação do manipulador, que passa a se utilizar dela.

Se apenas "se utiliza", é um aproveitador de crises.

Se é capaz de compreendê-la, interferir nela, artificializar alguns dos seus aspectos; ou mesmo controlá-la — é um manipulador de crises.

Ao falarmos de "aproveitador" e "manipulador" estamos fazendo referência a grupos econômicos, elites políticas, grupos e segmentos estamentais — e assim por diante. Ações de "aproveitamento" e "manipulação" ocorrem no plano individual, como no caso dos que se "aproveitam" das crises econômicas para enriquecer. Toda a nossa terminologia, porém, se refere a fenômenos coletivos. É, portanto, uma terminologia plural, no seu conteúdo último e mais abrangente.

### CONCLUSÃO: DA APLICABILIDADE E UTILIDADE DESSES CONCEITOS

O mais conhecido difusor da Teoria da História entre nós, Prof. J. Honório Rodrigues, ao receber, na UFPE, o título de Doutor "Honoris Causa", faria um retumbante elogio "adolescente" do irredentismo nordestino; assim como da necessidade de o intelectual não esquecer sua função social. Este não é um trabalho terminal. Não existem conceitos acabados, no domínio científico; e a função social de uma exposição conceitual como essa pode ser resumida na tentativa, carregada de limitações, de trazer mais alguma luz ao debate sobre os rumos da História Política Contemporânea Brasileira, voltada, na atual conjuntura, para o processo

de transição rumo a um modelo mais democrático de vida.

A preocupação com as crises programadas, assim como o familiarizar-se com um instrumental que auxilie na detecção de manobras desestabilizadoras; permite desmascará-las a tempo; preve-ir os possíveis "alvos" das mesmas; desmistificar, muito antes de evoluírem para um ponto sem retorno, as tentativas de, com esses expedientes, "turvar" o horizonte político.

É possível, num nível mais avançado de ação política, montar determinadas estratégias emergenciais, de identificação, reação e neutralização de ações desse tipo. Mas as e populações podem ser esclarecidas e mobilizadas, seja para se defenderem, enquanto consumidores, de manobras altistas; seja para não se deixarem utilizar como "massa de manobra", em ações políticas de maior envergadura. A existência mesma de uma "rede" capaz de, rapidamente, identificar e neutralizar, desmascarando-as, ações desse tipo, tem, muitas vezes, um "efeito inibidor" às avessas — desestimulando os agentes e "deflagradores" de incidentes e crises pré-fabricados. Atestamos isso em eleições recentes, de que a última foi exemplo.

E, finalmente, fechando essas notas, diríamos que se abre aqui, no campo mais específico do historiador, um universo fascinante para a reinterpretação de determinados fatos históricos.

Trata-se de uma espécie de aparente "no man's land", da política; onde os fenômenos — de natureza econômica, social, "política-política" — têm sempre, e em última análise, uma dimensão política, na medida em que encerram a dualidade dialética benefício/prejuízo — para grupos, classes, estamentos, etc. — neles envolvidos, mas ainda não analisados sob o ângulo até aqui exposto.

Trata-se, em suma, de História, a encerrar o cotejo passado/presente — mas trata-se, fundamentalmente — do presente e do futuro como História!

A manipulação, na História, tem utilizado sempre como matéria-prima o medo, a ansiedade, a insegurança e ignorância coletivas. Táticas de manipulação, numa retros

pectiva dialética, têm assinalado movimentos de fechamento das massas para dentro delas mesmas. Diminui o universo das opções políticas, como resvala para um nível de maior simplificação a própria explicação das causas geradoras dos problemas imediatos. Contidos e domados os impulsos especulativos das massas (e dos próprios indivíduos), temos aí o contrário do estado de espírito que tem precedido as grandes e profundas transformações sociais e históricas: a ampliação da consciência, a ligação entre o particular e o coletivo; a noção mesma de uma "condição" social, que serve de referência à própria avaliação da "condição" humana, histórica e transcendente; simultaneamente inserida numa época, quadra, conjuntura — e, ao mesmo tempo — atemporal, na medida em que testemunha a continuidade dessa experiência dita "humana".

A recorrência histórica dessas massas "fechadas" (cf. CANETTI) e direcionadas pela e para a manipulação, tal vez constitua um daqueles movimentos que KOESTLER<sup>19</sup> denominava de "pendulares" ao enunciar sua "lei da maturidade relativa das massas" nos seguintes termos: "cada salto do progresso técnico deixa o desenvolvimento relativo das massas um passo atrás, e assim causa uma baixa no termômetro da dureza política. Às vezes são necessárias dezenas de anos, às vezes muitas gerações, para que o nível de compreensão do povo se adapte aos poucos ao estado de coisas que se alterou, até que recobre a mesma capacidade de autogoverno que já possuía (...). Quando o nível de consciência das massas se põe a par do estado de coisas objetivo, segue-se inevitavelmente a conquista da democracia, quer pacificamente quer pela força (...)".

No nosso caso atual, o dos rumos da transição, não terá sido talvez um "progresso técnico"; antes político; o que talvez venha contribuindo para algo como "uma baixa no termômetro da madureza política" das amplas massas brasileiras. Elas seguiram o apelo mobilizador e democrático das Diretas, em 1984. Na esteira dessa mobilização, foi inflada uma candidatura presidencial que, pelas condições mesmas em que se processou nossa formação histórica, foi progressivamente transferindo a fé das massas em si mesmas para a "fé" messiânica num salvador providencial. Essa irrupção progressiva da irracionalidade provocaria mesmo a esperança emocional de uma "conversão" dos epígonos...

Agora, devolvidos todos ao "estado de coisas objetivo", compete particularmente ao historiador manter desobstruídas as vias para a compreensão objetiva dessa mesma realidade política.

Utilizando, para isso, os instrumentos de análise que lhe são proporcionados de forma contínua e renovada, pela própria natureza do trabalho a que se dedica.

Ele, mais do que ninguém, pode enfrentar, avaliando-o, o peso "inibidor" de fatos já não tão recentes; mas, por essa estranha dialética da História, ainda tão presentes na experiência política do dia-a-dia. Ele tem os instrumentos. Não pode perder a perspectiva.

#### ABSTRACT

The risks and necessity for theorizing about the present. Aspects and risks of transition in Brazil. Coups d'etat and artificial crises as a conservative strategy. The notion of "programmed crises" in a general typology of crisis in history. Recent examples, genesis, scope and dynamism of crises. Typology of manipulation. Elements, effects and functions of programmed crises. Destabilization and manipulated crises. Manipulators and profiteurs of crises. Applicability and utility of these concepts in concret political activity and historical analysis.

N O T A S

1. CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1963. 26ª Edição, 2ª volume, p. 230.
2. CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. Trad. Teresa Barros Barroso. Martins Fontes, São Paulo, 1979.  
 Idem, TROTSKY, Leon. Minha Vida. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, Trad. Lívio Xavier.  
 Idem, Ibid. MALAPARTE, Curzio. Technique du Coup d'État. Le Monde en 10/18. Paris, 1964.
3. CERQUEIRA, José Luciano Correia de. Crises Programadas na História - Manipulação e Desestabilização no Brasil Contemporâneo. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre. CMH/CFCH/UFPE. Recife, 1984. Ed. mimeo. 516 p., pp. 126-7.
4. MORIN, Edgar. Evolução das Sociedades Humanas e Evolução Biológica; e Sociologia das Crises. Conferências pronunciadas no auditório do CFCH/UFPE; respectivamente a 24 e 25 de outubro de 1972. Recife.
5. QUIGLEY, Carrol. A Evolução das Civilizações - Uma Introdução à Análise Histórica. Trad. João Távora, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1963.
6. MONTESQUIEU. Grandeur et Décadence des Romains. Texte Intégré. Garnier-Flammarion, Paris, 1968.  
 Idem, WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Revisão técnica da tradução por F. Henrique Cardoso. Zahar, Rio de Janeiro, 1963.  
 Idem, Ibid. TOYNBEE, Arnold J. Estudio de la História. Compêndio de D. C. Somervell. El Libro de Bolsillo. Alianza Editorial, Madrid. 1975/1977.
7. CERQUEIRA, J. Luciano. Op. cit., p. 87.

8. CANETTI, Elias. Massa e Poder. Ed. Universidade de Brasília, Ed. Melhoramentos, 1983.
9. BN/MSS. Armário 33. Col. Mello Franco, nº 1. Carta de Rui Barbosa a Barbosa Lima, de Petrópolis(04.02.22).
10. VEJA, nº 10, de 13.11.1968. Foto da Capa, com os dizeres: "A Rainha Passou: Agora Façam a Crise, Senhoras". Cf. CERQUEIRA, Op. cit., pp. 2, 474, 477 (Anexo 1).
11. CERQUEIRA, Idem, pp. 453-54.
12. Idem, Ibid., p. 111-2.
13. DREIFUSS, René Armand. 1964: A CONQUISTA DO ESTADO - AÇÃO POLÍTICA, PODER E GOLPE DE CLASSE. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981. Trad. Ayeska Branca de Oliveira et alii (Laboratório de Trad. de Fac. de Letras - UFMG). 3ª ed.
14. CERQUEIRA, Op. cit., pp. 226-87.
15. CANETTI, Op. cit., pp. 78-80.
16. CERQUEIRA, Op. cit., pp. 90, 95-102, 124-6.
17. Idem, pp. 449, 461, 469.
18. Idem, ibid., p. 112.
19. Cf. CERQUEIRA, Op. cit., pp. 10-11.